

# Filosofia 2019

Junho



Este conteúdo pertence ao Descomplica. Está vedada a cópia ou a reprodução não autorizada previamente e por escrito. Todos os direitos reservados.

## Síntese kantiana

### Resumo

---

#### **Kant e o criticismo**

Conhecido como o maior filósofo do Iluminismo, o alemão Immanuel Kant é também um dos maiores pensadores de todos os tempos e se notabilizou nas mais diversas áreas da filosofia: da lógica à filosofia política, da ética à estética. Nesse sentido, uma de suas contribuições mais importantes para a história da filosofia – talvez a maior de todas elas – foi a criação de uma nova corrente na teoria do conhecimento, corrente esta que, de acordo com o Kant, resolveria definitivamente todos os problemas da epistemologia: o criticismo. Ora, no que esta corrente crê?

Em primeiro lugar, precisamos recordar que, na época de Kant, a teoria do conhecimento já ocupava a alguns séculos o centro das especulações filosóficas e vivia dividida em duas grandes correntes: o racionalismo, que considerava a razão o fundamento básico do conhecimento humano, e o empirismo, que dava centralidade aos sentidos no processo de conhecimento. De modo mais ou menos radical, essas duas correntes vinham sempre se contrapondo sem nunca chegar a um acordo. E foi aí que Kant se destacou. Segundo ele, o primeiro passo para a resolução dos problemas epistemológicos seria uma reavaliação geral de toda a discussão desde o seu ponto de partida. Era preciso fazer uma crítica do conhecimento (daí o nome criticismo): perguntar, como se isso nunca tivesse sido feito antes, quais as condições de possibilidade do conhecimento humano.

Curiosamente, a conclusão de Kant em sua *Crítica da Razão Pura* foi de que tanto o racionalismo quanto o empirismo tinham o seu quê de verdadeiro, que merecia ser reconhecido, mas que também, justamente por isso, nenhum dos dois podia ser admitido sem ressalvas ou ser absolutizado. Ao contrário, para Kant, o papel do verdadeiro filósofo seria unir o que essas duas correntes tinham de verdadeiro, expurgando o que fosse falso. Era necessário fazer uma conciliação, uma síntese transcendente entre as duas teorias.

Como isso seria possível? Bem, para Kant, a primeira coisa que uma crítica séria do conhecimento nos revela é que não podemos nunca acessar o número, isto é, nunca podemos descobrir a essência das coisas, a realidade tal como ela é em si mesma, mas apenas os fenômenos, ou seja, a realidade tal como aparece para nós. Aliás, segundo o autor, foi esse o erro básico das teorias do conhecimento precedentes, que, sem reconhecer os limites da inteligência humana, achavam possível descobrir a realidade tal como ela é em si mesma, objetivamente. Indo justamente numa direção contrária, Kant rejeita toda perspectiva objetivista, realista. Para ele, nós nunca saberemos como as coisas são. Podemos apenas descobrir como as coisas são para nós, como elas aparecem para os seres humanos. Não à toa, a filosofia kantiana é considerada subjetivista, idealista. Historicamente, aliás, essa inovação de Kant ficou conhecida como revolução copernicana. Com efeito, assim como Copérnico, com sua defesa do heliocentrismo, teria modificado o centro do universo, transplantando-o da Terra para o Sol, da mesma maneira Kant teria modificado o centro da

---

filosofia, transplantando-o de uma perspectiva realista (centrada no objeto do conhecimento) para uma perspectiva idealista (centrada no sujeito do conhecimento). No entanto, é necessário perceber aqui que o idealismo kantiano não é individual. Não se trata de como a realidade aparece para cada ser humano, mas sim de como ela aparece para todos os indivíduos, uma vez que temos todos a mesma estrutura cognitiva. Trata-se, pois, de um idealismo transcendental.

Como adiantado acima, a conclusão retirada por Kant de sua investigação das condições de possibilidade do conhecimento humano foi uma síntese entre o racionalismo e o empirismo. Segundo o autor, tanto a razão quanto os sentidos são fundamentos básicos do conhecimento, mas sob aspectos diferentes, cada um com o seu papel. Assim, ao invés de um ou os outros serem a fonte primária do conhecer, o que há é a função de cada um e a interdependência de ambos.

Dito de modo simples, pode-se resumir a coisa da seguinte maneira. São duas as faculdades ou capacidades básicas do conhecimento humano: o entendimento (correspondente à razão) e a sensibilidade (correspondente aos sentidos).

Faculdade idêntica em todos os seres humanos e possuída pelos homens desde que nasceram, o entendimento gera conceitos e fornece o conhecimento a priori (prévio à experiência), o qual consiste nas doze categorias básicas do conhecimento (substância, relação, quantidade, qualidade, etc.). Tal conhecimento a priori fornece a forma do conhecimento humano em geral, isto é, a estrutura a partir da qual conhecemos as coisas. A sensibilidade, por sua vez, sendo uma capacidade com que os homens também nascem, é, porém, a princípio vazia, uma vez que depende da experiência para ser preenchida – e varia de um indivíduo para o outro. Sendo assim, ela gera intuições e fornece o conhecimento a posteriori (posterior à experiência), o qual se constitui dos dados oferecidos pelos sentidos. Tal conhecimento fornece não a forma, mas a matéria, o conteúdo do conhecimento humano em geral, o qual é estruturado pelas categorias da razão. Assim, o conhecimento é uma junção de razão e sentidos, entendimento e sensibilidade. A razão dá a forma do conhecimento, os sentidos dão a matéria. O entendimento fornece a estrutura a priori, a sensibilidade o conteúdo a posteriori. Em síntese, a conceito sem intuição é vazio, a intuição sem conceito é disforme.

Naturalmente, as consequências dos princípios do criticismo kantiano foram muito para além da teoria do conhecimento. Uma vez que todo conhecimento teórico depende simultaneamente do entendimento e da sensibilidade, Kant concluiu que é impossível provar racionalmente a existência de Deus, a imortalidade da alma e a liberdade humana. De fato, nenhum desses três objetos (Deus, alma e liberdade) pode ser percebido diretamente pelos sentidos, sendo assim, nenhum deles pode ser conhecido com segurança. Essa rejeição de Kant dos temas clássicos da metafísica, porém, foi provisória. Como veremos a seguir, Kant resgatará os temas Deus, alma e liberdade quando tratar das questões éticas.

---

Quer ver este material pelo Dex? Clique [aqui](#)

## Exercícios

---

1. O filósofo alemão Immanuel Kant formulou, na *Crítica da Razão Pura*, uma divisão do conhecimento e acesso da razão aos fenômenos. Fenômenos não são coisas; eles nomeiam aquilo que podemos conhecer das coisas, através das formas da sensibilidade (Espaço e Tempo) e das categorias do entendimento (tais como Substância, Relação, Necessidade etc.). Assim, Kant afirma que o conhecimento humano é finito (limitado por suas formas e categorias). Como poderia haver, então, algum conhecimento universalmente válido? Ele afirma que tal conhecimento se formula num “juízo sintético *a priori*”. Juízos são afirmações; o adjetivo “sintéticos” significa que essas afirmações reúnem conceitos diferentes; “*a priori*”, por sua vez, indica aquilo que é obtido sem acesso à experiência dos fenômenos, antes deles e para que os fenômenos possam ser reunidos em um conhecimento que tenha unidade e sentido.

Com base nisso, indique a alternativa CORRETA.

- a) Para Kant, o conhecimento humano é diretamente dado pela experiência das coisas, acessíveis pelos sentidos (visão, audição, etc.).
- b) Juízos sintéticos *a priori* são afirmações de conhecimento cuja natureza é particular e que se altera caso a caso.
- c) Se a Metafísica é o conhecimento da essência das coisas elas mesmas, Kant é, na *Crítica da Razão Pura*, um defensor da Metafísica, e não um defensor da finitude do conhecimento.
- d) Para Kant, Espaço e Tempo são categorias do entendimento mediante as quais conhecemos os fenômenos.
- e) Juízos sintéticos *a priori* permitem organizar o conhecimento, dando a ele validade universal e unicidade.

**2.** Leia os textos a seguir.

Exercita-te primeiro, caro amigo, e aprende o que é preciso conhecer para te iniciares na política; antes, não. Então, primeiro precisarás adquirir virtude, tu ou quem quer que se disponha a governar ou a administrar não só a sua pessoa e seus interesses particulares, como a cidade e as coisas a ela pertinentes. Assim, o que precisas alcançar não é o poder absoluto para fazeres o que bem entenderes contigo ou com a cidade, porém justiça e sabedoria.

PLATÃO, *O primeiro Alcebiades*. Trad. Carlos Alberto Nunes. Belém: EDUFPA, 2004. p. 281-285.

Esclarecimento é a saída do homem de sua menoridade, da qual ele próprio é culpado. A menoridade é a incapacidade de fazer uso do seu entendimento sem a direção de outro indivíduo... *Sapere Aude!* Tem coragem de fazer uso de teu próprio entendimento, tal é o lema do esclarecimento.

KANT, I. *Resposta à pergunta: que é 'Esclarecimento' ('Aufklärung')*. Trad. Floriano de Souza Fernandes, 2. ed. Petrópolis: Vozes, 1985. p. 100-117.

Tendo em vista a compreensão kantiana do Esclarecimento (Aufklärung) para a constituição de uma compreensão tipicamente moderna do humano, assinale a alternativa correta.

- a) Fazer uso do próprio entendimento implica a destruição da tradição, na medida em que o poder da tradição impede a liberdade do pensamento.
- b) A superação da condição de menoridade resulta do uso privado da razão, em que o indivíduo faz uso restrito do próprio entendimento.
- c) A saída da menoridade instaura uma situação duradoura, pois as verdadeiras conquistas do Esclarecimento se afiguram como irreversíveis.
- d) A menoridade é uma tendência decorrente da natureza humana, sendo, por esse motivo, superada no Esclarecimento, com muito esforço.
- e) A condição fundamental para o Esclarecimento é a liberdade, concebida como a possibilidade de se fazer uso público da razão.

**3.** O tempo nada mais é que a forma da nossa intuição interna. Se a condição particular da nossa sensibilidade lhe for suprimida, desaparece também o conceito de tempo, que não adere aos próprios objetos, mas apenas ao sujeito que os intui.

KANT, I. *Crítica da razão pura*. Trad. Valério Rohden e Udo Baldur Moosburguer. São Paulo: Abril Cultural, 1980. p. 47. Coleção Os Pensadores.

Com base nos conhecimentos sobre a concepção kantiana de tempo, assinale a alternativa correta.

- a) O tempo é uma condição a priori de todos os fenômenos em geral.
- b) O tempo é uma representação relativa subjacente às intuições.
- c) O tempo é um conceito discursivo, ou seja, um conceito universal.
- d) O tempo é um conceito empírico que pode ser abstraído de qualquer experiência.
- e) O tempo, concebido a partir da soma dos instantes, é infinito.

4. Até hoje admitia-se que nosso conhecimento se devia regular pelos objetos; porém todas as tentativas para descobrir, mediante conceitos, algo que ampliasse nosso conhecimento, malogravam-se com esse pressuposto. Tentemos, pois, uma vez, experimentar se não se resolverão melhor as tarefas da metafísica, admitindo que os objetos se deveriam regular pelo nosso conhecimento.

KANT, I. *Crítica da razão pura*. Lisboa: Calouste-Gulbenkian, 1994 (adaptado).

O trecho em questão é uma referência ao que ficou conhecido como revolução copernicana na filosofia. Nele, confrontam-se duas posições filosóficas que

- a) assumem pontos de vista opostos acerca da natureza do conhecimento.
  - b) defendem que o conhecimento é impossível, restando-nos somente o ceticismo.
  - c) revelam a relação de interdependência entre os dados da experiência e a reflexão filosófica.
  - d) apostam, no que diz respeito às tarefas da filosofia, na primazia das ideias em relação aos objetos.
  - e) refutam-se mutuamente quanto à natureza do nosso conhecimento e são ambas recusadas por Kant.
5. No século XVIII, o filósofo Emanuel Kant formulou as hipóteses de seu idealismo transcendental. Segundo Kant, todo conhecimento logicamente válido inicia-se pela experiência, mas é construído internamente por meio das formas *a priori* da sensibilidade (espaço e tempo) e pelas categorias lógicas do entendimento. Dessa maneira, para Kant, não é o objeto que possui uma verdade a ser conhecida pelo sujeito cognoscente, mas sim o sujeito que, ao conhecer o objeto, nele inscreve suas próprias coordenadas sensíveis e intelectuais. De acordo com a filosofia kantiana, pode-se afirmar que
- a) a mente humana é como uma "*tabula rasa*", uma folha em branco que recebe todos os seus conteúdos da experiência.
  - b) os conhecimentos são revelados por Deus para os homens.
  - c) todos os conhecimentos são inatos, não dependendo da experiência.
  - d) Kant foi um filósofo da antiguidade.
  - e) para Kant, o centro do processo de conhecimento é o sujeito, não o objeto.

6. Nos Princípios Matemáticos de Filosofia Natural, Newton afirmara que as leis do movimento, assim como a própria lei da gravitação universal, tomadas por ele como proposições particulares, haviam sido “inferidas dos fenômenos, e depois tornadas gerais pela indução”. Kant atribui a estas proposições particulares, enquanto juízos sintéticos, o caráter de leis a priori da natureza. Entretanto, ele recusa esta dedução exclusiva das leis da natureza e conseqüente generalização a partir dos fenômenos. Destarte, para enfrentar o problema sobre a impossibilidade de derivar da experiência juízos necessários e universais, um dos esforços mais significativos de Kant dirige-se ao esclarecimento das condições de possibilidade dos juízos sintéticos a priori. Com base no enunciado e nos conhecimentos acerca da teoria do conhecimento de Kant, é correto afirmar:
- A validade objetiva dos juízos sintéticos a priori depende da estrutura universal e necessária da razão e não da variabilidade individual das experiências.
  - Os juízos sintéticos a priori enunciam as conexões universais e necessárias entre causas e efeitos dos fenômenos por meio de hábitos psíquicos associativos.
  - O sujeito do conhecimento é capaz de enunciar objetivamente a realidade em si das coisas por meio dos juízos sintéticos a priori.
  - Nos juízos sintéticos a priori, de natureza empírica, o predicado nada mais é do que a explicitação do que já esteja pensado realmente no conceito do sujeito.
  - A possibilidade dos juízos sintéticos a priori nas proposições empíricas fundamenta-se na determinação da percepção imediata e espontânea do objeto sobre a razão.
7. Immanuel Kant, além da Filosofia, dedicou-se também às questões científicas, tendo sido pioneiro na afirmação de que as “nebulosas” não são apenas gases, mas conglomerados de estrelas. Sua tese de 1755 sobre a formação do Sistema Solar antecipou ideias semelhantes às do francês Laplace. A chamada “hipótese de Kant-Laplace” explica o surgimento do Sol e dos planetas a partir de uma “nebulosa primitiva”, em movimento de rotação constante e cujos gases aos poucos se acumulam no centro, adensando-se e gerando o Sol, enquanto ao redor desse criam-se núcleos de matéria concentrada, dando nascimento aos planetas. Embora essa concepção já tenha sido superada, ela foi importante para o desenvolvimento das teorias cosmogônicas contemporâneas, inclusive a mais famosa, a do *big-bang*.

Marque a opção que melhor exprime a relevância das teorias cosmogônicas de Kant e de Laplace.

- É possível conceber a origem e a evolução do Universo por meio da razão e dos conhecimentos científicos.
- A busca do conhecimento é uma tarefa inglória, pois há sempre uma teoria nova se sobrepondo à atual.
- Como o ser humano não estava presente na origem do mundo, ele não pode ter qualquer conhecimento do que então aconteceu.
- O conhecimento sobre a origem do Universo e as causas dos fenômenos naturais de nada serve para o ser humano e é pura vaidade.
- Só podemos conhecer aquilo que experimentamos diretamente.

8. “Até agora se supôs que todo nosso conhecimento tinha que se regular pelos objetos; porém, todas as tentativas de mediante conceitos estabelecer algo a priori sobre os mesmos, através do que o nosso conhecimento seria ampliado, fracassaram sob esta pressuposição. Por isso tente-se ver uma vez se não progredimos melhor nas tarefas da Metafísica admitindo que os objetos têm que se regular pelo nosso conhecimento a priori, o que assim já concorda melhor com a requerida possibilidade de um conhecimento a priori dos mesmos que deve estabelecer algo sobre os objetos antes de nos serem dados”.

Kant

De acordo com o pensamento de Kant, é correto afirmar que

- a) o conhecimento resulta da ação dos objetos sobre nossa capacidade perceptiva, de modo que todo conhecimento deriva da experiência.
  - b) nada pode ser estabelecido sobre os objetos que não seja dado por eles ou por meio deles.
  - c) nosso conhecimento é regulado por princípios que se encontram em nossa mente; como tais, são anteriores e independentes de toda experiência.
  - d) é dispensável fazer uma crítica da Razão e dos limites e possibilidade do conhecimento.
  - e) a Metafísica se constituiu há muito tempo como disciplina que “encetou o caminho seguro de uma ciência” (Kant).
9. Na história do pensamento humano foram construídos conceitos para compreender o que é filosofia. Uma das explicações foi dada pelo filósofo alemão Immanuel Kant, que dizia: *não há filosofia que se possa aprender; só se pode aprender a filosofar.*
- Essa afirmação significa que, para Kant, a filosofia é
- a) um fundamento.
  - b) uma atitude.
  - c) uma utopia.
  - d) uma ciência.
  - e) um método.
10. Considere o texto a seguir para responder à questão.

O juízo estético em Kant é uma intuição do inteligível no sensível, em que o sujeito não proporciona nenhum conhecimento do objeto que provoca, não consiste em um juízo sobre a perfeição do objeto, é válido independentemente dos conceitos e das sensações produzidas pelo objeto.

TAVARES, Manoel; FERRO, Mário. *Análise da obra fundamentos da metafísica dos costumes de Kant*. Lisboa- Portugal: Editorial Presença, [s.d.]. p. 43-44.

Então, para Kant, a estética é uma intuição de ordem

- a) objetiva.
- b) cognitiva.
- c) subjetiva e cognitiva.
- d) subjetiva e objetiva.
- e) subjetiva.

## Gabarito

---

1. **E**

Para Kant, os juízos são estruturas que formulam o processo do conhecimento, sendo alguns juízos necessários e universais e, portanto, puros e a priori. Esses juízos, para ele, possibilitam o conhecimento denominado puro, ou seja, o conhecimento que está relacionado à estrutura cognitiva humana a priori, independentemente da experiência empírica.

2. **E**

Para Kant, o esclarecimento pressupõe a capacidade do indivíduo de fazer uso da sua própria razão de forma autônoma, ou seja, a partir do uso de seu próprio entendimento de maneira independente do entendimento alheio. A autonomia de pensamento característica do esclarecimento implica, por sua vez, a liberdade, o que inclui a possibilidade do indivíduo de se expressar livremente, realizando o uso público da sua razão, como constatado na alternativa [E].

3. **A**

Para Kant, os indivíduos possuem estruturas ou faculdades cognitivas que possibilitam a experiência e o entendimento, sendo essas estruturas existentes *a priori*, ou seja, estariam presentes nos indivíduos desde o nascimento, não dependendo de nenhuma condição empírica de aquisição. Entre essas estruturas, estaria a noção de tempo, de modo que o tempo seria uma forma *a priori* da sensibilidade, condicionante da apreensão dos fenômenos empíricos, como apontado pela alternativa [A].

4. **A**

Primeiro, distingamos entre os tipos de juízos que Kant considera sermos capazes de fazer. Eles são três: 1) juízos analíticos (ou aqueles juízos nos quais já no sujeito encontramos o predicado, ou seja, juízos tautológicos e, por conseguinte, dos quais não se obtém nenhum tipo de conhecimento); 2) juízos sintéticos a posteriori (ou aqueles juízos nos quais a experiência sensível está presente e se faz parte decisiva do julgamento, ou seja, juízos particulares e contingentes); e 3) juízos sintéticos a priori (ou aqueles juízos nos quais o predicado não está contido no sujeito e a experiência não constitui alguma parte decisiva do conteúdo, ou seja, juízos nos quais se obtém conhecimento sobre algo, porém sem que a experiência seja relevante para a conclusão obtida, o que faz desse tipo de juízo universal e necessário). Segundo, lembremos que Kant afirmava que a matemática e a física realizam justamente o último tipo de juízo mencionado. Ele, então, se perguntava se a metafísica também não era capaz de realizar esse tipo de juízo. Para solucionar esta questão: “é possível uma metafísica baseada em juízos sintéticos a priori?”, o filósofo irá modificar o ponto de vista da investigação se inspirando em Copérnico, isto é, considerando o objeto não através daquilo que a experiência sensível expõe, porém a partir da possibilidade de a faculdade mesma de conhecer constituir a priori o objeto – o astrônomo fez algo similar quando, em vez de calcular o movimento dos corpos celestes através dos dados da experiência sensível, calculou esses movimentos através da suposição de que o próprio observador (o homem sobre a Terra) se movia. Esse a priori que Kant formula se encontra nas formas da sensibilidade, nas categorias do entendimento e no esquematismo, isto é, na sua filosofia transcendental, ou na sua filosofia sobre as condições de possibilidade do próprio conhecimento.

5. E

Somente a alternativa [E] é correta. Kant faz uma “revolução copernicana” na filosofia ao colocar, como centro do processo de conhecimento, o sujeito e, não mais, o objeto. Tal concepção buscou superar a quimera entre inatistas e empiristas acerca do conhecimento.

6. A

Os *juízos sintéticos* são derivados da experiência de modo a expandir o conceito uma vez que o predicado não está implícito no sujeito e a experiência funcionaria como um fornecedor da extensão dos mesmos.

A título de exemplo, para melhor compreensão, Kant explicita esse caso com a afirmação “*todos os corpos são pesados*”. Diferentemente do conceito “*todos os corpos são extensos*”, no qual o predicado já estava incorporado no conceito inicial e só estava omissivo. Esta afirmação agrega um conhecimento empírico, a saber, o de peso, sendo pela experiência o único meio de se obter tal predicado.

É na “*Crítica da Razão Pura*” que Kant elabora categorias que denomina de transcendentais, que são estruturas “a priori” da sensibilidade e do intelecto ao mesmo tempo em que possibilitam a experiência do objeto. Ele distingue três tipos de juízo:

- *Juízo Analítico a priori* (universal e necessário) – esta forma de juízo não amplia o conhecimento, só explica e é baseado no princípio da identidade, ou seja, o predicado não é nada mais que a explicitação do conteúdo do sujeito. Ex: um triângulo tem três lados.

- *Juízo Sintético a posteriori* (não é universal, nem necessário) – esta forma de julgamento amplia o conhecimento, pois realiza uma síntese, fundamentada na experiência.

- *Juízo Sintético a priori* (universal e necessário) – esta forma de julgamento amplia o conhecimento e é formulado independentemente da experiência empírica.

7. A

Immanuel Kant (1724–1804), assim ele se chamava, tinha 41 anos quando fez publicar a sua “Teoria do Céu”. Nessa obra, que teve repercussões duradouras nos debates científicos, Kant procurava estabelecer uma cosmogonia, ou seja, uma teoria sobre a criação do cosmos. Procurava basear as suas especulações na mecânica do físico inglês, mas dava largas à sua imaginação. O certo é que teve algumas intuições geniais. Kant percebeu que a Via Láctea era um conjunto de estrelas e de outros astros e deduziu, por analogia com o sistema solar e com as nebulosas espirais, que se tratava de um conjunto imenso em forma de disco achatado, ocupando o nosso Sol um local marginal. Daí, explicava que se visse a Via Láctea como uma faixa de luz no céu, ao invés de se ver uma luminosidade uniforme em toda a abóbada celeste. Continuando o seu raciocínio, defendeu que as nebulosas que se vêem no céu são outras “vias lácteas”; outros universos-ilha, como depois se disse; outras galáxias, como hoje se diz. A sua audaciosa teoria só viria a ser confirmada em 1924, com os trabalhos do astrônomo norte-americano Edwin Hubble (1889–1953).

Prosseguindo o seu raciocínio analógico inspirado nas nebulosas espirais, Kant defendeu que o sistema solar se tinha formado por condensação de uma nuvem de poeiras. Essa nuvem ter-se-ia achatado por efeito da rotação e partes dela ter-se-iam condensado por efeito da gravidade. No centro ficaria o Sol; à sua volta, aglomerações de matéria que gerariam os planetas. Era uma hipótese audaciosa e muito inteligente. Explicava o motivo por que os planetas descrevem movimentos orbitais todos no mesmo sentido, explicava a sua rotação, no mesmo sentido, em torno de si mesmos, e explicava ainda o fato de orbitarem todos em planos quase coincidentes.

Anos mais tarde, quando o grande matemático francês Pierre Simon de Laplace (1749–1847) desenvolveu e fundamentou uma hipótese semelhante, a teoria do filósofo alemão ganhou nova credibilidade. Veio a ser conhecida como hipótese de Kant-Laplace. Depois de várias controvérsias e

alterações, esta hipótese constitui hoje o chamado “modelo padrão” de formação de sistemas planetários.

Após ter considerado a Via Láctea como uma galáxia entre outras e ter apontado o sistema solar como um entre muitos possíveis, Kant estava convencido de que o nosso mundo é apenas um entre muitos outros mundos habitados. “Não hesitaria em arriscar tudo na verdade da minha proposição”, escreve, “de que, pelo menos, alguns dos planetas que vemos são habitados.” A especulação do filósofo sobre a pluralidade dos mundos encerra a obra “Teoria do Céu”, preenchendo toda a sua terceira parte. Aí se encontram alguns dos trechos mais ingênuos e, ao mesmo tempo, mais poéticos do filósofo alemão.

**8. C**

A questão faz referência à “revolução copernicana” empreendida por Kant na Filosofia. Para superar a quimera entre os empiristas e os inatistas, esse filósofo alemão passou a focar seus estudos sobre o sujeito do conhecimento ao invés de somente considerar os objetos conhecidos. Segundo Kant, ainda que o sujeito conheça os objetos por meio da experiência, tal conhecimento ocorre somente porque o homem tem, em si, princípios que regulam a sua mente.

**9. B**

Filosofar, na acepção kantiana, corresponde a uma atitude de pensar por si mesmo. Nesse sentido, está relacionado com uma intenção pedagógica de fazer as pessoas pensarem autonomamente, saindo do estado de menoridade, tal como Kant apresenta em seu texto *O que é Iluminismo?*

**10. E**

Segundo Kant, o juízo estético advém do prazer gerado, não havendo necessidade de estar relacionado com qualquer conhecimento acerca do objeto. Nesse sentido, esse corresponde a somente uma intuição de ordem subjetiva, de acordo com a forma que o sujeito percebe o objeto.

## Moralidade em Kant

### Resumo

---

#### Kant e o iluminismo

O Iluminismo foi uma revolução intelectual que ocorreu no século XVIII e que se contrapôs aos ideais defendidos ao longo do período medieval. Esse processo histórico teve seu início, por assim dizer, com o movimento renascentista e, em linhas gerais, representa a transformação progressiva de uma mentalidade teocêntrica para uma mentalidade antropocêntrica. O filósofo alemão Immanuel Kant (1724 – 1804) é um dos mais importantes pensadores iluministas, sendo considerado por muitos comentadores como o principal filósofo da Modernidade. A doutrina moral kantiana é, nesse sentido, independentemente de qualquer sentido religioso, estando fundamentada na própria subjetividade humana, ou seja, no aparelho cognitivo universal e necessário que está presente em todo e qualquer ser humano.

#### Ética deontológica

A Ética defendida por Kant é uma ética deontológica, isto é uma ética baseada fundamentalmente na noção de dever moral. Dever aqui é entendido não como uma obrigação ditada por um ser superior, mas sim como obrigação que se baseia no próprio aparelho cognitivo humano, isto é, na noção kantiana do “eu transcendental” ou “sujeito transcendental”. Todos os seres humanos, segundo Kant, possuem o mesmo aparato cognitivo, e para que possamos agir racionalmente precisamos de princípios que nos são dados a partir da consciência moral. Nesse sentido, a vida moral está restrita aos seres humanos, pois apenas eles podem exercer efetivamente sua vontade. No entanto, para que possamos agir de acordo com uma “vontade boa” precisamos, segundo Kant, de um imperativo, que é uma espécie de mandamento que nos impele a agir de uma determinada forma.

Após analisar detidamente a consciência moral, Kant especificou o conceito de imperativo sob dois aspectos fundamentais: O imperativo hipotético e o imperativo categórico. O imperativo hipotético ordena uma ação com vistas a alcançar um determinado fim. Nesse primeiro caso, a ação é boa na medida em que possibilita que se alcance outra coisa além da própria ação. Por exemplo, quando faço algo na esperança de receber algo em troca, sendo guiado pelo imperativo hipotético. Por outro lado, o imperativo categórico é aquele que visa uma ação que é entendida como necessária por si mesma, ou seja, que não é realizada no intuito de se obter algo em troca, mas sim uma ação que é boa por si mesma. Por conta disso, Kant considera o imperativo categórico incondicionado, como absoluto, voltado para uma ação que tem em vista a noção de dever.

É apenas agindo a partir do imperativo categórico, e não a partir do imperativo hipotético, que a vontade do ser humano é verdadeiramente moral, no sentido de que tal ação é boa em si mesma e não boa em virtude de algo que lhe é exterior. É por conta disso que lemos a máxima kantiana que afirma o seguinte:

“Age apenas segundo uma máxima tal que possas ao mesmo tempo querer que ela se torne lei universal”. Isso significa que nossa ação é moralmente boa apenas quando podemos universalizá-la, isto é, apenas quando todos possam agir da mesma forma sem qualquer contradição. Nesse sentido, uma ação não pode ser considerada boa a partir de condicionantes como: chegar ao céu, ser feliz, evitar a dor, ou qualquer outro interesse particular. Uma ação verdadeiramente moral tem como base a racionalidade humana, que é incondicional e necessária.

---

Quer ver este material pelo Dex? Clique [aqui](#)

Exercícios

---

1. A maior violação do dever de um ser humano consigo mesmo, considerado meramente como um ser moral (a humanidade em sua própria pessoa), é o contrário da veracidade, a mentira [...]. A mentira pode ser externa [...] ou, inclusive, interna. Através de uma mentira externa, um ser humano faz de si mesmo um objeto de desprezo aos olhos dos outros; através de uma mentira interna, ele realiza o que é ainda pior: torna a si mesmo desprezível aos seus próprios olhos e viola a dignidade da humanidade em sua própria pessoa [...]. Pela mentira um ser humano descarta e, por assim dizer, aniquila sua dignidade como ser humano. [...] É possível que [a mentira] seja praticada meramente por frivolidade ou mesmo por bondade; aquele que fala pode, até mesmo, pretender atingir um fim realmente benéfico por meio dela. Mas esta maneira de perseguir este fim é, por sua simples forma, um crime de um ser humano contra sua própria pessoa e uma indignidade que deve torná-lo desprezível aos seus próprios olhos.

Immanuel Kant. *A metafísica dos costumes*, 2010.

Em sua sentença dirigida à mentira, Kant

- a) considera a condenação relativa e sujeita a justificativas, de acordo com o contexto.
  - b) assume que cada ser humano particular representa toda a humanidade.
  - c) apresenta um pensamento desvinculado de pretensões racionais universalistas.
  - d) demonstra um juízo condenatório, com justificção em motivações religiosas.
  - e) assume o pressuposto de que a razão sempre é governada pelas paixões.
2. Uma pessoa vê-se forçada pela necessidade a pedir dinheiro emprestado. Sabe muito bem que não poderá pagar, mas vê também que não lhe emprestarão nada se não prometer firmemente pagar em prazo determinado. Sente a tentação de fazer a promessa; mas tem ainda consciência bastante para perguntar a si mesma: não é proibido e contrário ao dever livrar-se de apuros desta maneira? Admitindo que se decida a fazê-lo, a sua máxima de ação seria: quando julgo estar em apuros de dinheiro, vou pedi-lo emprestado e prometo pagá-lo, embora saiba que tal nunca sucederá.

KANT, I. *Fundamentação da metafísica dos costumes*. São Paulo: Abril Cultural, 1980.

De acordo com a moral kantiana, a “falsa promessa de pagamento” representada no texto

- a) assegura que a ação seja aceita por todos a partir da livre discussão participativa.
- b) garante que os efeitos das ações não destruam a possibilidade da vida futura na terra.
- c) opõe-se ao princípio de que toda ação do homem possa valer como norma universal.
- d) materializa-se no entendimento de que os fins da ação humana podem justificar os meios.
- e) permite que a ação individual produza a mais ampla felicidade para as pessoas envolvidas.

3. Os ricos adquiriram uma obrigação relativamente à coisa pública, uma vez que devem sua existência ao ato de submissão à sua proteção e zelo, o que necessitam para viver; o Estado então fundamenta o seu direito de contribuição do que é deles nessa obrigação, visando a manutenção de seus concidadãos. Isso pode ser realizado pela imposição de um imposto sobre a propriedade ou a atividade comercial dos cidadãos, ou pelo estabelecimento de fundos e de uso dos juros obtidos a partir deles, não para suprir as necessidades do Estado (uma vez que este é rico), mas para suprir as necessidades do povo.

KANT, I. *A metafísica dos costumes*. Bauru: Edipro, 2003.

Segundo esse texto de Kant, o Estado

- a) deve sustentar todas as pessoas que vivem sob seu poder, a fim de que a distribuição seja paritária.
  - b) está autorizado a cobrar impostos dos cidadãos ricos para suprir as necessidades dos cidadãos pobres.
  - c) dispõe de poucos recursos e, por esse motivo, é obrigado a cobrar impostos idênticos dos seus membros.
  - d) delega aos cidadãos o dever de suprir as necessidades do Estado, por causa do seu elevado custo de manutenção.
  - e) tem a incumbência de proteger os ricos das imposições pecuniárias dos pobres, pois os ricos pagam mais tributos.
4. A pura lealdade na amizade, embora até o presente não tenha existido nenhum amigo leal, é imposta a todo homem, essencialmente, pelo fato de tal dever estar implicado como dever em geral, anteriormente a toda experiência, na ideia de uma razão que determina a vontade segundo princípios *a priori*.

KANT, I. *Fundamentação da metafísica dos costumes*. São Paulo: Barcarolla, 2009.

A passagem citada expõe um pensamento caracterizado pela

- a) eficácia prática da razão empírica.
- b) transvaloração dos valores judaico-cristãos.
- c) recusa em fundamentar a moral pela experiência.
- d) comparação da ética a uma ciência de rigor matemático.
- e) importância dos valores democráticos nas relações de amizade.

5. Leia o texto a seguir.  
*As leis morais juntamente com seus princípios não só se distinguem essencialmente, em todo o conhecimento prático, de tudo o mais onde haja um elemento empírico qualquer, mas toda a Filosofia moral repousa inteiramente sobre a sua parte pura e, aplicada ao homem, não toma emprestado o mínimo que seja ao conhecimento do mesmo (Antropologia).*

KANT, I. *Fundamentação da Metafísica dos Costumes*. Trad. de Guido A. de Almeida. São Paulo: Discurso Editorial, 2009. p.73.

Com base no texto e na questão da liberdade e autonomia em Immanuel Kant, assinale a alternativa correta.

- a) A fonte das ações morais pode ser encontrada através da análise psicológica da consciência moral, na qual se pesquisa mais o que o homem é, do que o que ele deveria ser.
  - b) O elemento determinante do caráter moral de uma ação está na inclinação da qual se origina, sendo as inclinações serenas moralmente mais perfeitas do que as passionais.
  - c) O sentimento é o elemento determinante para a ação moral, e a razão, por sua vez, somente pode dar uma direção à presente inclinação, na medida em que fornece o meio para alcançar o que é desejado.
  - d) O ponto de partida dos juízos morais encontra-se nos “propulsores” humanos naturais, os quais se direcionam ao bem próprio e ao bem do outro.
  - e) O princípio supremo da moralidade deve assentar-se na razão prática pura, e as leis morais devem ser independentes de qualquer condição subjetiva da natureza humana.
6. A necessidade de conviver em grupo fez o homem desenvolver estratégias adaptativas diversas. Darwin, num estudo sobre a evolução e as emoções, mostrou que o reconhecimento de emoções primárias, como raiva e medo, teve um papel central na sobrevivência. Estudos antigos e recentes têm mostrado que a moralidade ou comportamento moral está associado a outros tipos de emoções, como a vergonha, a culpa, a compaixão e a empatia. Há, no entanto, teorias éticas que afirmam que as ações boas devem ser motivadas exclusivamente pelo dever e não por impulsos ou emoções. Essa teoria é a ética
- a) deontológica ou kantiana.
  - b) das virtudes.
  - c) utilitarista.
  - d) contratualista.
  - e) teológica.

7. Esclarecimento é a saída do homem de sua menoridade, da qual ele próprio é culpado. A menoridade é a incapacidade de fazer uso de seu entendimento sem a direção de outro indivíduo. O homem é o próprio culpado dessa menoridade se a causa dela não se encontra na falta de entendimento, mas na falta de decisão e coragem de servir-se de si mesmo sem a direção de outrem. Tem coragem de fazer uso de teu próprio entendimento, tal é o lema do esclarecimento. A preguiça e a covardia são as causas pelas quais uma tão grande parte dos homens, depois que a natureza de há muito os libertou de uma condição estranha, continuam, no entanto, de bom grado menores durante toda a vida.

KANT, I. *Resposta à pergunta: o que é esclarecimento?* Petrópolis: Vozes, 1985 (adaptado).

Kant destaca no texto o conceito de Esclarecimento, fundamental para a compreensão do contexto filosófico da Modernidade. Esclarecimento, no sentido empregado por Kant, representa

- a) a reivindicação de autonomia da capacidade racional como expressão da maioridade.
  - b) o exercício da racionalidade como pressuposto menor diante das verdades eternas.
  - c) a imposição de verdades matemáticas, com caráter objetivo, de forma heterônoma.
  - d) a compreensão de verdades religiosas que libertam o homem da falta de entendimento.
  - e) a emancipação da subjetividade humana de ideologias produzidas pela própria razão.
8. “Como toda lei prática representa uma ação possível como boa e por isso como necessária para um sujeito praticamente determinável pela razão, todos os imperativos são fórmulas da determinação da ação que é necessária segundo o princípio de uma vontade boa de qualquer maneira. No caso da ação ser apenas boa como meio para *qualquer outra coisa*, o imperativo é *hipotético*; se a ação é representada como boa *em si*, por conseguinte, como necessária numa vontade em si conforme à razão como princípio dessa vontade, então o imperativo é *categórico*”.

Kant

Considerando o pensamento ético de Kant e o texto acima, é correto afirmar que

- a) o imperativo hipotético representa a necessidade prática de uma ação como subjetivamente necessária para um ser determinável pelas inclinações.
  - b) o imperativo categórico representa a necessidade prática de uma ação como meio para se atingir um fim possível ou real.
  - c) os imperativos (*hipotético* e *categórico*) são fórmulas de determinação necessária, segundo o princípio de uma vontade que é boa em si mesma.
  - d) o imperativo categórico representa a ação como boa em si mesma e como necessária para uma vontade em si conforme a razão.
  - e) o imperativo hipotético declara a ação como objetivamente necessária independentemente de qualquer intenção ou finalidade da ação.
9. Contrapondo ceticismo e dogmatismo, o criticismo se apresenta como única saída para se repensar às questões pertinentes à metafísica. O criticismo denomina a filosofia de
- a) Hume.
  - b) Hegel.
  - c) Kant.
  - d) Marx.
  - e) Rousseau.

- 10.** 90 milhões em ação, pra frente, Brasil, do meu coração.  
Todos juntos, vamos, pra frente, Brasil, salve a seleção.  
De repente é aquela corrente pra frente.  
Parece que todo o Brasil deu a mão.  
Todos ligados na mesma emoção.  
Tudo é um só coração.  
Todos juntos, vamos, pra frente, Brasil, Brasil,  
Salve a seleção.

Canção: *Pra frente Brasil/ Copa 1970*. Autor: Miguel Gustavo

Na obra “Resposta à questão: o que é o esclarecimento?”, Kant discute conceitos como uso público e privado da razão e a superação da menoridade.

À luz do pensamento kantiano, o fenômeno contemporâneo do uso político dos eventos esportivos

- a) torna o indivíduo dependente, já que a sua menoridade impede o esclarecimento e a possibilidade de pensar por si próprio.
- b) forma o indivíduo autônomo, uma vez que amplia a sua capacidade de fazer uso da própria razão para agir autonomamente.
- c) impede que o indivíduo pense de forma restrita, pois, mesmo estando cercado por tutores, facilmente rompe com a menoridade.
- d) proporciona esclarecimento político das massas, pois tais eventos promovem o aprendizado crítico mediante a afirmação da ideia de nacionalidade.
- e) confere liberdade às massas para superar a dependência gerada pela aceitação da tutela de outrem.

## Gabarito

---

1. **B**

Para Kant, pensador iluminista, a filosofia moral estaria fundamentada em princípios racionais, sendo a razão o único fundamento que daria validade à moral humana. Com efeito, a ação moral estaria condicionada ao sujeito epistemológico, ou seja, à estrutura cognitiva que é universal e necessária, e não ao sujeito subjetivo, individual. Por ser racional, portanto, o indivíduo deveria agir segundo uma razão pura prática de validade universal, ideia expressa na conhecida frase de Kant: “age só segundo máxima tal que possas ao mesmo tempo querer que ela se torne lei universal”. A partir do exemplo da mentira, Kant aponta que a mesma não poderia ser usada sem cair em uma autocontradição moral, pois o indivíduo particular representaria uma moral geral, de toda a humanidade, como aponta a alternativa [B].
2. **C**

De acordo com a ética kantiana, o indivíduo deve guiar-se de acordo com o imperativo categórico, segundo o qual ele deve agir de forma que sua ação possa ser universalizada para todos os indivíduos. O ato de fazer uma falsa promessa de pagamento contraria esse imperativo, pois, se universalizado, criaria uma situação de total instabilidade e desconfiança.
3. **B**

A alternativa [B] é a única que está de acordo com a visão kantiana do Estado. De acordo com que apresenta o texto, Kant defende a visão segundo a qual é justo o Estado cobrar impostos dos ricos para sustentar os seus concidadãos.
4. **C**

Para Kant, o modo como a razão humana opera caracteriza o ser racional como ser de condição moral, ou seja, a moral kantiana se fundamenta no exercício da razão. Ademais, para o filósofo, na mente humana existem estruturas *a priori* que determinam a forma como a razão apreende os objetos de conhecimento, independentemente de qualquer experiência empírica. Dessa forma, como a razão se articula à moral, a mesma não se fundamenta pela experiência.
5. **E**

Em sua obra “Crítica da Razão Pura”, Immanuel Kant discorre sobre o uso da razão enquanto a consciência do indivíduo sobre o conjunto de leis morais vigentes na sociedade. Para ele não se adquire esta consciência por meio da intuição natural, pelo contrário, este conhecimento depende de uma intuição intelectual. E, outras palavras o conhecimento das leis morais se dá pelo uso deliberado da razão no reconhecimento da moralidade vigente, isto é por uma razão pura. A autonomia para o autor é a liberdade que o ser humano faz no uso positivo de sua razão, motivado apenas por sua vontade. A liberdade, o livre arbítrio, permite autonomia na medida em que a consciência do indivíduo atue, por meio da razão, sem condicionantes, apenas por sua vontade própria, na busca de um conhecimento que lhe amplie a consciência de sua condição de liberdade. Para isto, o uso da razão deve ser deliberado. Não há um impulso natural, sentimentos no ser humano que o conduza para uma ação moral em concordância com a lei moral vigente, mas sim um processo livre, autônomo e consciência no uso de sua liberdade.
6. **A**

A ética das virtudes é uma ética aristotélica onde a ação é guiada para um bem maior movido pela reflexão pessoal, desenvolvida pela busca da auto realização e felicidade de toda a cidade. A ética utilitarista estabelece que nossas ações são guiadas pela maior quantidade de felicidade que podemos

gerar no convívio social. Assim, os homens agem devido a um interesse maior imposto exteriormente. Na ética contratualista, devido a necessidade de conviver juntos, como melhor alternativa para sobrevivência, os homens estabelecem leis que visam garantir uma não agressão mútua. Assim, suas ações são guiadas por uma conveniência, um pacto ou contrato estabelecido. Na ética teológica as ações são guiadas por princípios divinos que ultrapassam a esfera humana e se inserem no plano transcendental. Assim, as ações humanas são guiadas pelo medo em relação ao transcendente. Diferentemente, na ética Kantiana ou deontológica, os homens agem de forma deliberada na medida em que utilizam a razão para adquirirem consciência. Por meio do conhecimento obtido com o uso da razão o homem torna-se livre para agir. Assim, a ação guiada pela razão faz com que o homem tenha o dever de estender essa razão a todos os homens. Isto se dá através da criação de máximas (leis universalmente aceitas) que se convertem em imperativos para agir. Estes imperativos poder ser utilizados por todos os homens racionais e não são dados por inclinações naturais ou por meio de princípios transcendentais, mas pela consciência do dever em relação a si e aos que os cercam. Portanto, esta lei moral representa o dever de todo ser racional e se coloca como maior do que os sentimentos individuais e egoístas.

### 7. A

Como diz Kant em *Resposta à pergunta: "O que é Iluminismo?"* (1784), a palavra de ordem deste movimento de renovação cultural é "*Sapere aude!*", isto quer dizer basicamente que os homens deveriam deixar sua menoridade, da qual são culpados, e direcionarem seu entendimento a partir de suas próprias forças, sem a guia de outro.

**(Para uma noção geral sobre o assunto: <<http://www.youtube.com/watch?v=9a9kWxpnjWk>>.)**

Esta posição perante o mundo possibilitou um movimento em busca da liberdade e de um ideal de independência política, econômica e intelectual. Desta busca nasce, entre muitos outros movimentos, a Independência americana, a Independência haitiana e a Revolução francesa (esta última influenciada pelo pensamento do filósofo Jean-Jacques Rousseau). E sendo uma posição opositora dos regimes absolutistas, o Iluminismo almeja a libertação da riqueza e de tudo mais dos mistérios divinos tão presentes no pensamento medieval e influentes neste tipo de Estado absoluto. Tudo passa a ser problema resolvível se o entendimento do homem se empenhar de maneira metodológica. Nada é misterioso. Desta confiança na razão nasce uma reflexão sobre a riqueza e sua administração – Adam Smith, *A riqueza das nações* (1776), por exemplo. Neste contexto Montesquieu também é importante, na sua obra *O Espírito das Leis* temos um tratado sobre as relações do poder administrativo e uma teorização sobre a tripartição deste poder (executivo, legislativo e judiciário) de modo a serem separados, porém interdependentes.

### 8. D

Kant distingue dois tipos de lei produzidos pela razão. Dado certo fim que nós gostaríamos de alcançar a razão pode proporcionar um *imperativo hipotético* – uma regra contingente para a ação alcançar esse fim. Um imperativo hipotético diz, por exemplo: se alguém deseja comprar um carro novo, então se deve previamente considerar quais tipos de carros estão disponíveis para compra. Mas Kant objeta que a concepção de uma lei moral não pode ser meramente hipotética, pois uma ação moral não pode ser fundada sobre um propósito circunstancial. A moralidade exige uma afirmação incondicional do dever de um indivíduo, a moralidade exige uma regra para ação que seja necessária, a moralidade exige um *imperativo categórico*.

9. C

Pode-se dizer que o criticismo foi inaugurado na obra *Crítica da Razão Pura*, de Immanuel Kant. Nesta obra, ele procura colocar em questão as bases metafísicas do empirismo e do inatismo, considerando que não se pode cair no dogmatismo filosófico, que corresponderia à *“pretensão de progredir apenas com um conhecimento puro a partir de conceitos (o filosófico) segundo princípios há tempos usados pela razão, sem se indagar, contudo de que modo e com que direito chegou a eles”* (Prefácio à segunda edição da *Crítica da Razão Pura*).

10. A

- a) Correta: tendo como referência o texto de Kant, *o que é o esclarecimento?* pode-se afirmar que o uso político dos eventos esportivos torna o indivíduo dependente e o impede de tornar-se esclarecido e pensar por si próprio. A partir do momento em que um evento esportivo perde seu sentido próprio e assume outras funções, no caso servir para fins políticos, insere o indivíduo na menoridade, compreendida por Kant como a *“incapacidade de fazer uso do entendimento sem a direção de outro indivíduo”*. Kant também afirma que é difícil para *“um homem em particular desvencilhar-se da menoridade”*.
- b) Incorreta: como afirmado, se analisarmos o uso político dos eventos esportivos à luz do texto de Kant, não se pode afirmar que tal uso torna o indivíduo autônomo ou que, como decorrência, este terá ampliada sua capacidade de fazer uso da própria razão para agir autonomamente. O que ocorre é o contrário, uma vez que o indivíduo acabaria por se inserir cada vez mais na menoridade.
- c) Incorreta: ao contrário do que afirma a alternativa, se analisarmos o uso político dos eventos esportivos à luz do texto de Kant, chegaremos à conclusão de que o indivíduo se sentirá impedido de pensar de forma *“alargada”* e não de forma restrita. Da mesma forma, enfrentará enorme dificuldade para romper com a menoridade, sobretudo se estiver cercado de tutores. O papel desempenhado pelos tutores é o de manter os indivíduos na menoridade e dependentes e não o de estimular o pensamento ampliado e autônomo.
- d) Incorreta: se pensarmos o uso político dos eventos esportivos à luz do texto de Kant, concluiremos que o que resulta de tal uso não é o esclarecimento das massas, mas sim o contrário, isto é, a consequência será a menoridade e a ausência de esclarecimento. Tais eventos também não promovem o aprendizado crítico mediante a afirmação da ideia de nacionalidade.
- e) Incorreta: o uso político dos eventos esportivos não confere liberdade às massas para superar a dependência gerada pela aceitação da tutela de outrem. A consequência será exatamente o oposto, isto é, menor liberdade às massas e maior dependência em relação aos outros, especialmente aos tutores que são guias dos demais indivíduos.

## As ideias de Maquiavel

### Resumo

---

Principal filósofo renascentista, Nicolau Maquiavel (1469 – 1527) ficou famoso sobretudo por seus escritos a respeito da política. Vivendo no contexto de formação dos Estados nacionais modernos e de desintegração das sociedades políticas medievais, o pensador italiano refletiu a respeito de seu tempo e propôs uma série de ideias revolucionárias. Seu principal livro foi O Príncipe, obra dedicada ao príncipe de Florença e cujo objetivo era mostrar ao monarca como se deve governar. Na obra, Maquiavel teve como principais adversários intelectuais os filósofos políticos clássicos, tais como Platão, Aristóteles e Santo Tomás de Aquino, bem como os chamados utopistas do Renascimento, tais como Thomas Morus e Tommaso Campanella. Tanto uns quanto outros padeciam do mesmo mal, de acordo com Maquiavel: eles se preocupavam não tanto em compreender como a política é, mas sim em como ela deveria ser. Em outras palavras, estavam preocupados com o ideal e não com a realidade, com o modelo perfeito e acabado, não com a política tal como ela se dá de fato. Indo, por sua vez, numa direção inteiramente oposta, Maquiavel se caracterizou acima de tudo por buscar construir uma explicação inteiramente realista da política. Para ele, quando procuramos entender o que algo deveria ser, acabamos por não entender o que ele é e, portanto, acabamos por desconhecê-lo.

Para Maquiavel, em primeiro lugar, se queremos ter uma percepção realista da política, devemos ter em mente que ela é obra dos homens e que os homens são fundamentalmente maus, miseráveis, egoístas, traiçoeiros, mentirosos, que sempre pensam em seu próprio bem antes de pensar no dos demais e que a política é, portanto, basicamente um jogo de interesses. Assim, a função da política não é tornar as pessoas melhores, mais virtuosas ou construir uma sociedade. Seu papel é pura e simplesmente manter a ordem. A função do governante é gerenciar as relações de poder no interior da comunidade, não permitindo que ela saia dos limites.

Na medida em que é responsável por manter a ordem, o governante tem o direito e a obrigação de utilizar todos os meios necessários para tal. Se for necessário matar, matar. Se for necessário mentir, mentir. Se for preciso trair, trair. Toda ação governamental se justifica pelo critério da eficiência, isto é, na medida em que seja capaz de realizar a tarefa da política, que é manter a ordem e a paz. Como só o poder pode limitar o poder, o uso da força é necessário. Segundo o autor, entre ser temido e ser amado, o governante deve, a princípio, desejar ambos, mas, se tiver de escolher entre um dos dois, deve preferir ser temido, dado que o medo é muito mais firme do que o amor. Mas veja: apesar de separar inteiramente a ética e a religião da política, Maquiavel não está defendendo que o monarca possa agir como um tirano inteiramente arbitrário, que faz o que quer sem se importar com os demais e impõe sua força de modo inteiramente autoritário. O que Maquiavel diz é que o príncipe deve agir de modo bruto quando for necessário. Para ele, se o rei se utiliza da brutalidade sem um motivo razoável, ele não só não está cumprindo seu papel, como também o está pondo em perigo e diminuindo sua autoridade perante o povo.

Em suma, a política é a arte da difícil conjugação entre dois elementos: a virtú e a fortuna. No linguajar maquiavélico, fortuna não é sinônimo de riqueza, mas sim se refere à sorte, ao acaso, ao âmbito do imprevisível nas relações humanas. Por sua vez, a virtú se refere à sagacidade humana, isto é, a capacidade do governante de utilizar os momentos fornecidos pela fortuna ao seu favor. Veja: a virtú não se confunde com a força bruta. Ela é a habilidade de se utilizar dos meios e situações disponíveis para realizar aquilo que a manutenção do Estado e da ordem política exigem. Sem se pautar por parâmetros morais ou religiosos, o príncipe deve sempre fazer o que for preciso, no momento certo.

---

Quer ver este material pelo Dex? Clique [aqui](#)

## Exercícios

---

1. Leia com atenção o texto a seguir.  
A finalidade da política não é, como diziam os pensadores gregos, romanos e cristãos, a justiça e o bem comum, mas, como sempre souberam os políticos, a tomada e manutenção do poder. O verdadeiro príncipe é aquele que sabe tomar e conservar o poder (...).  
**CHAUÍ, M. *Convite à filosofia*. São Paulo: Ática, 2000. p. 396.**
- A respeito das qualidades necessárias ao príncipe maquiaveliano, é correto afirmar:
- a) O príncipe precisa ter fé, ser solidário e caridoso, almejando a realização da virtude cristã.
  - b) O príncipe deve ser flexível às circunstâncias, mudando com elas para dominar a sorte ou fortuna.
  - c) O príncipe precisa unificar, em todas as suas ações, as virtudes clássicas, como a moderação, a temperança e a justiça.
  - d) O príncipe deve ser bondoso e gentil, angariando exclusivamente o amor e, jamais, o temor do seu povo.
2. A Itália do tempo de Nicolau Maquiavel (1469-1527) não era um Estado unificado como hoje, mas fragmentada em reinos e repúblicas. Na obra *O Príncipe*, declara seu sonho de ver a península unificada. Para tanto, entre outros conceitos, forjou as concepções de *virtú* e de *fortuna*. A primeira representa a capacidade de governar, agir para conquistar e manter o poder; a segunda é relativa aos “acazos da sorte” aos quais todos estão submetidos, inclusive os governantes. Afinal, como registrado na famosa ópera de Carl Orff: *Fortuna imperatrix mundi* (A Fortuna governa o mundo).
- Por isso, um príncipe prudente não pode nem deve guardar a palavra dada quando isso se lhe torne prejudicial e quando as causas que o determinaram cessem de existir.  
**MAQUIAVEL, N. *O príncipe*. Maquiavel. São Paulo: Abril Cultural, 1973, p. 79-80. (Coleção Os pensadores).**
- Com base nas informações, assinale a alternativa que melhor interpreta o pensamento de Maquiavel.
- a) Trata-se da *fortuna*, quando Maquiavel diz que “as causas que o determinaram cessem de existir”; e de *virtú*, quando Maquiavel diz que o príncipe deve ser “prudente”.
  - b) Trata-se da *virtú*, quando Maquiavel diz que as “causas mudaram”; e de *fortuna* quando se refere ao príncipe prudente, pois um príncipe com tal qualidade saberia acumular grande quantidade de riquezas.
  - c) Apesar de ser uma frase de Maquiavel, conforme o texto introdutório, ela não guarda qualquer relação com as noções de *virtú* e *fortuna*.
  - d) O fragmento de Maquiavel expressa bem a noção de *virtú*, ao dizer que o príncipe deve ser prudente, mas não se relaciona com a noção de *fortuna*, pois em nenhum momento afirma que as “circunstâncias” podem mudar.
3. Analise o texto político, que apresenta uma visão muito próxima de importantes reflexões do filósofo italiano Maquiavel, um dos primeiros a apontar que os domínios da ética e da política são práticas distintas.
-

"A política arruína o caráter", disse Otto von Bismarck (1815-1898), o "chanceler de ferro" da Alemanha, para quem mentir era dever do estadista. Os ditadores que agora enojam o mundo ao reprimir ferozmente seus próprios povos nas praças árabes foram colocados e mantidos no poder por nações que se enxergam como faróis da democracia e dos direitos humanos: Estados Unidos, Inglaterra e França. Isso é condenável? Os ditadores eram a única esperança do Ocidente de continuar tendo acesso ao petróleo árabe e de manter um mínimo de informação sobre as organizações terroristas islâmicas. Antes de condenar, reflita sobre a frase do mais extraordinário diplomata americano do século passado, George Kennan, morto aos 101 anos em 2005: "As sociedades não vivem para conduzir sua política externa: seria mais exato dizer que elas conduzem sua política externa para viver".

Veja, 02 mar. 2011. Adaptado.

A associação entre o texto e as ideias de Maquiavel pode ser feita, pois o filósofo

- a) considerava a ditadura o modelo mais apropriado de governo, sendo simpático à repressão militar sobre populações civis.
- b) foi um dos teóricos da democracia liberal, demonstrando-se avesso a qualquer tipo de manifestação de autoritarismo por parte dos governantes.
- c) foi um dos teóricos do socialismo científico, respaldando as ideias de Marx e Engels.
- d) foi um pensador escolástico que preconizou a moralidade cristã como base da vida política.
- e) refletiu sobre a política através de aspectos prioritariamente pragmáticos.

4. Maquiavel esteve empenhado na renovação da política em um período ainda dominado pela teologia cristã com os seus valores que atribuíam ao poder divino a responsabilidade sobre os propósitos humanos. Em sua obra mestra, *O príncipe*, escreveu:

"Deus não quer fazer tudo, para não nos tolher o livre arbítrio e parte da glória que nos cabe".

MAQUIAVEL, N. *O príncipe*. Tradução Lívio Xavier. São Paulo: Nova Cultural, 1987. Coleção Os Pensadores. p. 108.

Assinale a alternativa que fundamenta essa afirmação de Maquiavel.

- a) Deus faz o mais importante, conduz o príncipe até o trono, garantindo-lhe a conquista e a posse. Depois, cabe ao soberano fazer um bom governo submetendo-se aos dogmas da fé.
- b) A conquista e a posse do poder político não é uma dádiva de Deus. É preciso que o príncipe saiba agir, valendo-se das oportunidades que lhe são favoráveis, e com firmeza alcance a sua finalidade.
- c) Os milagres de Deus sempre socorreram os homens piedosos. Para ser digno do auxílio divino e alcançar a glória terrena é preciso ser obediente à fé cristã e submeter-se à autoridade do papa.
- d) Nem Deus, nem o soberano são capazes de conquistar o Estado. Tudo que ocorre na História é obra do capricho, do acaso cego, que não distingue nem o cristão nem o gentio.

5. Leia o texto a seguir.

A República de Veneza e o Ducado de Milão ao norte, o reino de Nápoles ao sul, os Estados papais e a república de Florença no centro formavam ao final do século XV o que se pode chamar de mosaico da Itália sujeita a constantes invasões estrangeiras e conflitos internos. Nesse cenário, o florentino

Maquiavel desenvolveu reflexões sobre como aplacar o caos e instaurar a ordem necessária para a unificação e a regeneração da Itália.

SADEK, M. T. Nicolau Maquiavel: o cidadão sem fortuna, o intelectual de *virtú*. Em: WEFORT, F. C. (Org.). *Clássicos da política*. v. 2. São Paulo: Ática, 2003. p. 11-24. Adaptado.

Com base no texto e nos conhecimentos sobre a filosofia política de Maquiavel, assinale a alternativa correta.

- a) A anarquia e a desordem no Estado são aplacadas com a existência de um Príncipe que age segundo a moralidade convencional e cristã.
- b) A estabilidade do Estado resulta de ações humanas concretas que pretendem evitar a barbárie, mesmo que a realidade seja móvel e a ordem possa ser desfeita.
- c) A história é compreendida como retilínea, portanto a ordem é resultado necessário do desenvolvimento e aprimoramento humano, sendo impossível que o caos se repita.
- d) A ordem na política é inevitável, uma vez que o âmbito dos assuntos humanos é resultante da materialização de uma vontade superior e divina.
- e) Há uma ordem natural e eterna em todas as questões humanas e em todo o fazer político, de modo que a estabilidade e a certeza são constantes nessa dimensão.

6. O príncipe, portanto, não deve se incomodar com a reputação de cruel, se seu propósito é manter o povo unido e leal. De fato, com uns poucos exemplos duros poderá ser mais clemente do que outros que, por muita piedade, permitem os distúrbios que levem ao assassinio e ao roubo.

MAQUIAVEL, N. *O Príncipe*, São Paulo: Martin Claret, 2009.

No século XVI, Maquiavel escreveu *O Príncipe*, reflexão sobre a Monarquia e a função do governante.

- a) inércia do julgamento de crimes polêmicos.
- b) bondade em relação ao comportamento dos mercenários.
- c) compaixão quanto à condenação dos servos
- d) neutralidade diante da condenação dos servos.
- e) conveniência entre o poder tirânico e a moral do príncipe

7. Não ignoro a opinião antiga e muito difundida de que o que acontece no mundo é decidido por Deus e pelo acaso. Essa opinião é muito aceita em nossos dias, devido às grandes transformações ocorridas, e que ocorrem diariamente, as quais escapam à conjectura humana. Não obstante, para não ignorar inteiramente o nosso livre-arbítrio, creio que se pode aceitar que a sorte decida metade dos nossos atos, mas [o livre-arbítrio] nos permite o controle sobre a outra metade.

MAQUIAVEL, N. *O Príncipe*. Brasília: EdUnB, 1979 (adaptado).

Em *O Príncipe*, Maquiavel refletiu sobre o exercício do poder em seu tempo. No trecho citado, o autor demonstra o vínculo entre o seu pensamento político e o humanismo renascentista ao

- a) valorizar a interferência divina nos acontecimentos definidores do seu tempo.
- b) rejeitar a intervenção do acaso nos processos políticos.
- c) afirmar a confiança na razão autônoma como fundamento da ação humana.
- d) romper com a tradição que valorizava o passado como fonte de aprendizagem.
- e) redefinir a ação política com base na unidade entre fé e razão.

8. Nasce daqui uma questão: se vale mais ser amado que temido ou temido que amado. Responde-se que ambas as coisas seriam de desejar; mas porque é difícil juntá-las, é muito mais seguro ser temido que amado, quando haja de faltar uma das duas. Porque dos homens se pode dizer, duma maneira geral, que são ingratos, volúveis, simuladores, covardes e ávidos de lucro, e enquanto lhes fazes bem são inteiramente teus, oferecem-te o sangue, os bens, a vida e os filhos, quando, como acima disse, o perigo está longe; mas quando ele chega, revoltam-se.

MAQUIAVEL, N. *O príncipe*. Rio de Janeiro: Bertrand, 1991.

A partir da análise histórica do comportamento humano em suas relações sociais e políticas. Maquiavel define o homem como um ser

- a) Munido de virtude, com disposição nata a praticar o bem a si e aos outros.
- b) Possuidor de fortuna, valendo-se de riquezas para alcançar êxito na política.
- c) Guiado por interesses, de modo que suas ações são imprevisíveis e inconstantes.
- d) Naturalmente racional, vivendo em um estado pré-social e portando seus direitos naturais.
- e) Sociável por natureza, mantendo relações pacíficas com seus pares

9. Deveis saber, portanto, que existem duas formas de se combater: uma, pelas leis, outra, pela força. A primeira é própria do homem; a segunda, dos animais. Como, porém, muitas vezes a primeira não seja suficiente, é preciso recorrer à segunda. Ao príncipe torna-se necessário, porém, saber empregar convenientemente o animal e o homem. [...] Nas ações de todos os homens, máxime dos príncipes, onde não há tribunal para que recorrer, o que importa é o êxito bom ou mau. Procure, pois, um príncipe, vencer e conservar o Estado.

Nicolau Maquiavel. *O príncipe*, 1983.

O texto, escrito por volta de 1513, em pleno período do Renascimento italiano, orienta o governante a

- a) defender a fé e honrar os valores morais e sagrados.
- b) valorizar e priorizar as ações armadas em detrimento do respeito às leis.
- c) basear suas decisões na razão e nos princípios éticos.
- d) comportar-se e tomar suas decisões conforme a circunstância política.
- e) agir de forma a sempre proteger e beneficiar os governados.

**10.** Ao pensar como deve comportar-se um príncipe com seus súditos, Maquiavel questiona as concepções vigentes em sua época, segundo as quais consideravam o bom governo depende das boas qualidades morais dos homens que dirigem as instituições. Para o autor, “um homem que quiser fazer profissão de bondade é natural que se arruine entre tantos que são maus. Assim, é necessário a um príncipe, para se manter, que aprenda a poder ser mau e que se valha ou deixe de valer-se disso segundo a necessidade”.

**Maquiavel, *O Príncipe*, São Paulo: Abril cultural, Os Pensadores, 1973, p.69.**

Sobre o pensamento de Maquiavel, a respeito do comportamento de um príncipe, é correto afirmar que

- a) a atitude do governante para com os governados deve estar pautada em sólidos valores éticos, devendo o príncipe punir aqueles que não agem eticamente.
- b) o Bem comum e a justiça não são os princípios fundadores da política; esta, em função da finalidade que lhe é própria e das dificuldades concretas de realizá-la, não está relacionada com a ética.
- c) o governante deve ser um modelo de virtude, e é precisamente por saber como governar a si próprio e não se deixar influenciar pelos maus que ele está qualificado a governar os outros, isto é, a conduzi-los à virtude.
- d) o Bem supremo é o que norteia as ações do governante, mesmo nas situações em que seus atos pareçam maus.
- e) a ética e a política são inseparáveis, pois o bem dos indivíduos só é possível no âmbito de uma comunidade política onde o governante age conforme a virtude.

## Gabarito

---

**1. B**

A afirmativa correta é a B, porque ela indica dois importantes conceitos para o entendimento do príncipe maquiavélico: sua capacidade de acompanhar as mudanças do ambiente e se adaptar a elas, o que ele denominava *virtú*; e o conceito de *fortuna*, ou seja, a sorte, as mudanças que acontecem e que podem arrebatam o poder das mãos do príncipe. Somente o príncipe que se vale da *virtú* está preparado para enfrentar as mudanças que a fortuna pode trazer, adaptando-se a elas da maneira que for necessário. Todas as outras alternativas colocavam como características do príncipe a bondade, algo desnecessário

---

na visão de Maquiavel, que entendia que mais valia ao príncipe ser temido por seu poder e sua habilidade de dominar (o que levava ao respeito) do que amado por sua bondade.

**2. A**

A afirmativa A está correta, pois a *fortuna* independe do controle do príncipe, enquanto a *virtú* representa a capacidade de governar, que ele pode controlar, como demonstram os exemplos. A afirmativa B está incorreta, porque "as causas mudaram" indica ação externa, portanto, fora do alcance do governante, caindo na esfera da *fortuna*; já a prudência do príncipe é exemplo de *virtú*. A afirmativa C está incorreta, pois a frase está relacionada às noções maquiavélicas de *virtú* e *fortuna*, tratando da prudência do príncipe (*virtú*) e de mudanças de causas (*fortuna*). Por fim, a alternativa D está incorreta, porque o fragmento indica a possibilidade de mudança de circunstâncias ("quando as causas que o determinaram cessem de existir").

**3. E**

Maquiavel é considerado um dos principais teóricos da política moderna. Ele preconizou uma visão da política como relação de circunstâncias variáveis, que exigem do governante capacidade de antecipação e pragmatismo para tomar as decisões corretas e se manter no poder. É a relação entre a *fortuna* (que é externa ao governante) e a *virtu* (que é interna). No exercício, a primeira opção está incorreta porque Maquiavel não defendia a ditadura como modelo apropriado ou inapropriado. O governante, na verdade, teria de saber qual governo seria o melhor em cada momento. A opção B está incorreta porque Maquiavel não foi teórico da democracia liberal, mas dos regimes de poder centralizados. A opção C está incorreta porque Maquiavel também não foi teórico do socialismo científico, doutrina que surgiria muito depois de sua morte. A D está errada porque Maquiavel não foi um escolástico e não fazia associações entre a moralidade cristã e a vida política. A afirmativa correta é a E, sendo o pragmatismo a principal característica da visão política de Maquiavel.

**4. B**

A, C e D – Incorretas. Nem os dogmas, nem o acaso conduzem os homens ou os príncipes à glória na Terra. Para Maquiavel, que conhecia muito bem os mistérios da Santa Igreja, o príncipe deve escolher bem, ora servindo o povo, ora servindo o clero, se isso se fizer necessário. Não se trata, portanto, de ser bom e justo, segundo a doutrina prescrita cristã, que levou muitos príncipes à ruína, mas de perceber o jogo de forças da política para agir.

B – Correta. Neste jogo de forças é preciso saber agir. A moral laica é a moral do príncipe, e a autonomia política é a norma maior, devendo negar a moralidade cristã na avaliação de seus gestos para não perder a força e a finalidade de suas ações.

**5. B**

**a)** Incorreta. A anarquia e a desordem só podem ser aplacadas por um governo forte, por um homem virtuoso capaz de fundar o Estado; no entanto, a *virtú* política exige alguns vícios. Nesse sentido, os ditames da moralidade convencional muitas vezes precisam ser deixados de lado. Para salvar o Estado, o Príncipe deve aprender os meios de não ser bom.

**b)** Correta. Para Maquiavel, a ordem é construída pelos homens para evitar o caos e a barbárie, no entanto, mesmo que alcançada, a ordem não é definitiva, pois há a ameaça constante de ser desfeita.

**c)** Incorreta. Maquiavel compreende a história como cíclica, ou seja, repete-se indefinidamente.

**d)** Incorreta. A ordem é produto da ação humana, não é natural, nem resulta de alguma vontade divina ou extra-humana.

e) Incorreta. Maquiavel põe fim à ideia de que existe uma ordem natural e eterna nas questões humanas e na política.

6. **E**

Nicolau Maquiavel (1469-1527) foi o fundador da ciência política moderna e o primeiro a teorizar o absolutismo europeu. Acreditava que, para manter a paz na sociedade, o governante poderia ter atitudes tirânicas, ele é o autor da célebre frase “os fins justificam os meios”. O pensamento de Maquiavel foi utilizado largamente no período moderno para justificar o poder dos reis absolutistas.

7. **C**

O texto de Maquiavel se relaciona ao pensamento político renascentista ao ressaltar o domínio do livre-arbítrio sobre a sorte. Dessa maneira, Maquiavel apresenta o princípio básico defendido pelos renascentistas que era a utilização da razão como principal instrumento para compreender o universo e a natureza.

8. **C**

O escritor florentino Nicolau Maquiavel teve uma importância inovadora como fundador da política moderna ao separar ética de política. Maquiavel acreditava que a natureza humana é essencialmente má e os indivíduos deveriam conseguir ganhos a partir do menor esforço. Como cita no texto, os homens “duma maneira geral, são ingratos, volúveis, simuladores, covardes e ávidos de lucro,” portanto sempre guiados por interesses.

9. **D**

Para Maquiavel, o principal objetivo de um governante deve ser manter-se no poder, garantindo a preservação da ordem na sociedade. E, para isso, o príncipe deve guiar sua conduta política de acordo com as circunstâncias, não se preocupando com a moralidade dos seus atos.

10. **B**

O pensamento de Maquiavel sobre o comportamento do príncipe estabelece uma ética fundada a partir de um princípio distinto da ética clássica. No pensamento clássico, a ética tinha a finalidade de formar um homem com um comportamento baseado em certas virtudes, como a sabedoria, a coragem, a temperança, a prudência. Já a ética maquiavélica não busca refletir sobre a formação dos hábitos de um homem, no caso o príncipe, tendo em vista tais virtudes, mas sim tendo em vista a sua manutenção no poder. Portanto, os hábitos do príncipe não podem ser pensados de acordo com virtudes cardeais, mas sim de acordo com a experiência comum através da qual se observa homens agindo de maneira desleal sem qualquer pudor ou respeito para com atitudes magnânimas.

## Teoria contratualista: Thomas Hobbes

### Resumo

---

Em um período marcado fortes mudanças políticas, especialmente pela formação dos Estados nacionais e pelos conflitos religiosos surgidos após a Reforma Protestante, alguns importantes filósofos, conhecidos como contratualistas, tomaram a peito a tarefa de encontrar uma nova resposta para o mais tradicional problema da filosofia política: afinal, por quê e para quê existe a autoridade do Estado? De fato, não há filósofo dedicado ao estudo do governo e das leis, desde a Grécia antiga, que não tenha se colocado diante desta pergunta e buscá-lo respondê-la. Justamente por isso, o que tornou a perspectiva contratualista interessante e inovadora não foi exatamente a questão que ela levantou, mas sim o modo como tentou resolvê-la. Criado pelo pensador britânico Thomas Hobbes, este novo de método para a justificação do poder político foi tão influente que mesmo autores que criticaram duramente as ideias de Hobbes, como Locke e Rousseau, assumiram o método contratualista.

Curiosamente, o raciocínio que fundamenta a metodologia contratualista é algo bastante simples. Em primeiro lugar, se o que está em jogo é descobrir qual é a importância da ordem política, o primeiro passo é imaginar como seria a vida humana sem a política: uma condição chamada por Hobbes de **estado de natureza**. Uma vez concebido tal estado inicial pré-político, cabe entender o que levaria as pessoas deste estado de completa liberdade e ausência de leis a preferirem abandoná-lo e ingressarem no estado civil e político. Uma vez que no estado de natureza todos os homens seriam totalmente livres, o ingresso no **estado político** não poderia ser de modo algum imposto e só pode então ser compreendido como um **contrato social**, isto é, um acordo entre os indivíduos, que livremente abririam mão de sua autonomia completa a fim de constituírem o Estado. Não à toa, é por isso que a corrente iniciada por Hobbes é chamada de contratualismo: segundo esta visão, o que fundamenta e legitima o exercício do poder pelo Estado é um contrato livremente assumido pelos cidadãos em um hipotético estado de natureza. É necessário assinalar esse hipotético, pois os autores contratualistas não necessariamente se comprometem com a ideia de que este acordo foi literal e histórico. Para muitos, o contrato não passa de uma metáfora.

### O contratualismo de Hobbes

No caso específico de Hobbes, o uso da teoria contratualista levou a conclusões bastante conhecidas. De fato, sendo um pensador profundamente pessimista a respeito da natureza humana, o autor compreendia que o homem é acima de tudo um ser egoísta. Assim sendo, segundo Hobbes, em um estado de natureza, sem leis ou regras que os reprimam, os homens viveriam em um estado de conflito constante e irresolúvel. Uma vez que todos os homens são autointeressados e que nossos desejos frequentemente se opõem, pode-se dizer que **“o homem é o lobo do homem”** e que o estado de natureza seria uma permanente **“guerra de todos contra todos”**. Ora, que fazer então? Segundo Hobbes, há uma única saída possível para tal calamidade: a fim de obter a paz e a ordem, os homens teriam que renunciar à sua liberdade natural e se submeter ao Estado, uma instituição que governaria sobre eles, privando-os de sua liberdade e impondo seu domínio pela lei, mas que, em contrapartida, impediria a guerra e os conflitos entre os homens. Eis o contrato social hobbesiano.

Naturalmente, como se vê, a consequência mais imediata da filosofia política de Hobbes é a **defesa do absolutismo como forma de governo**. De fato, como o papel central do Estado é manter a ordem e conter o egoísmo

natural humano, seu poder, segundo Hobbes, deve ser fortemente concentrado e o governante está autorizado a fazer tudo o que for necessário a fim de manter a ordem, ainda que pareça imoral. Com efeito, uma vez que se trata de um contrato, o povo não tem o direito de dar um passo atrás e reclamar sua liberdade de volta, rebelando-se contra o governo. Isto seria apenas descumprimento de contrato social estabelecido entre governantes e governados.

---

Quer ver este material pelo Dex? Clique [aqui](#)

## Exercícios

---

1. A importância do argumento de Hobbes está em parte no fato de que ele se ampara em suposições bastante plausíveis sobre as condições normais da vida humana. Para exemplificar: o argumento não supõe que todos sejam de fato movidos por orgulho e vaidade para buscar o domínio sobre os outros; essa seria uma suposição discutível que possibilitaria a conclusão pretendida por Hobbes, mas de modo fácil demais. O que torna o argumento assustador e lhe atribui importância e força dramática é que ele acredita que pessoas normais, até mesmo as mais agradáveis, podem ser inadvertidamente lançadas nesse tipo de situação, que resvalará, então, em um estado de guerra.

**RAWLS, J. Conferências sobre a história da filosofia política. São Paulo: WMF, 2012 (adaptado).**

O texto apresenta uma concepção de filosofia política conhecida como

- a) alienação ideológica.
  - b) microfísica do poder.
  - c) estado de natureza.
  - d) contrato social.
  - e) vontade geral.
2. A natureza fez os homens tão iguais, quanto às faculdades do corpo e do espírito, que, embora por vezes se encontre um homem manifestamente mais forte de corpo, ou de espírito mais vivo do que outro, mesmo assim, quando se considera tudo isto em conjunto, a diferença entre um e outro homem não é suficientemente considerável para que um deles possa com base nela reclamar algum benefício a que outro não possa igualmente aspirar.

**HOBBS, T. *Leviatã*. São Paulo Martins Fontes, 2003**

Para Hobbes, antes da constituição da sociedade civil, quando dois homens desejavam o mesmo objeto, eles

- a) entravam em conflito.
  - b) recorriam aos clérigos.
  - c) consultavam os anciãos.
  - d) apelavam aos governantes.
  - e) exerciam a solidariedade.
3. Para Thomas Hobbes, os seres humanos são livres em seu estado natural, competindo e lutando entre si, por terem relativamente a mesma força. Nesse estado, o conflito se perpetua através de gerações, criando um ambiente de tensão e medo permanente. Para esse filósofo, a criação de uma sociedade submetida à Lei, na qual os seres humanos vivam em paz e deixem de guerrear entre si, pressupõe que todos renunciem à sua liberdade original.

Nessa sociedade, a liberdade individual é delegada a um só dos homens que detém o poder inquestionável, o soberano.

MALMESBURY, Thomas Hobbes de. *Leviatã ou matéria, forma e poder de um estado eclesiástico e civil*. Trad. João Paulo Monteiro; Maria Beatriz Nizza da Silva. São Paulo: Editora NOVA Cultural, 1997.

A teoria política de Thomas Hobbes teve papel fundamental na construção dos sistemas políticos contemporâneos que consolidou a (o)

- a) Monarquia Paritária.
- b) Despotismo Soberano.
- c) Monarquia Republicana.
- d) Monarquia Absolutista.
- e) Despotismo Esclarecido.

4. Thomas Hobbes afirma que “Lei Civil”, para todo súdito, é

- a) “construída por aquelas regras que o Estado lhe impõe, oralmente ou por escrito, ou por outro sinal suficiente de sua vontade, para usar como critério de distinção entre o bem e o mal”.
- b) “a lei que o deixa livre para caminhar para qualquer direção, pois há um conjunto de leis naturais que estabelece os limites para uma vida em sociedade”.
- c) “reguladora e protetora dos direitos humanos, e faz intervenção na ordem social para legitimar as relações externas da vida do homem em sociedade”.
- d) “calcada na arbitrariedade individual, em que as pessoas buscam entrar num Estado Civil, em consonância com o direito natural, no qual ele – o súdito – tem direito sobre a sua vida, a sua liberdade e os seus bens”.

5. Porque as leis de natureza (como a justiça, a equidade, a modéstia, a piedade, ou, em resumo, fazer aos outros o que queremos que nos façam) por si mesmas, na ausência do temor de algum poder capaz de levá-las a ser respeitadas, são contrárias a nossas paixões naturais, as quais nos fazem tender para a parcialidade, o orgulho, a vingança e coisas semelhantes.

HOBBS, Thomas. *Leviatã*. Cap. XVII. Tradução de João Paulo Monteiro e Maria Beatriz Nizza da Silva. São Paulo: Nova Cultural, 1988, p. 103.

Em relação ao papel do Estado, Hobbes considera que:

- a) O seu poder deve ser parcial. O soberano que nasce com o advento do contrato social deve assiná-lo, para submeter-se aos compromissos ali firmados.

- b) A condição natural do homem é de guerra de todos contra todos. Resolver tal condição é possível apenas com um poder estatal pleno.
- c) Os homens são, por natureza, desiguais. Por isso, a criação do Estado deve servir como instrumento de realização da isonomia entre tais homens.
- d) A guerra de todos contra todos surge com o Estado repressor. O homem não deve se submeter de bom grado à violência estatal.

6. “A honra do soberano deve ser maior do que a de qualquer um, ou a de todos os seus súditos”.

Assinale a alternativa que apresenta a fundamentação para essa ideia preconizada por Thomas Hobbes.

- a) “A condição de súdito é muito miserável, mas sujeita a uma superação, pois se encontra sujeita aos apetites e paixões irregulares daquele ou daqueles que detêm em suas mãos poder tão ilimitado”.
- b) “É na soberania que está a fonte da honra”.
- c) “O Homem nunca pode deixar de ter uma ou outra inconveniência e a maior que é possível cair sobre o povo em geral é de pouca monta se comparada ao poder do soberano, que deve ser revitalizado de tempos em tempos”.
- d) “Todos os homens são dotados de grandes lentes de aumento; todo pagamento parece um imenso fardo, o que gera lamentos e sofrimentos. Honra maior consiste em o soberano ter piedade e compreensão para com tais falhas humanas e doar poderes aos infelizes”.

7. [...] a condição dos homens fora da sociedade civil (condição esta que podemos adequadamente chamar de estado de natureza) nada mais é do que uma simples guerra de todos contra todos na qual todos os homens têm igual direito a todas as coisas; [...].

**HOBBS, Thomas. *Do Cidadão*. Campinas: Martins Fontes, 1992.**

De acordo com o trecho acima e com o pensamento de Hobbes, assinale a alternativa correta.

- a) Segundo Hobbes, o estado de natureza se confunde com o estado de guerra, pois ambos são uma condição original da existência humana.
- b) Para Hobbes, o direito dos homens a todas as coisas está desvinculado da guerra de todos contra todos.
- c) Segundo Hobbes, é necessário que a condição humana seja analisada sempre como se os homens vivessem em sociedade.
- d) Segundo Hobbes, não há vínculo entre o estado de natureza e a sociedade civil.

8. “Algumas criaturas vivas, como as abelhas e as formigas, que vivem socialmente umas com as outras [...] tendem para o benefício comum”.

Para Thomas Hobbes, essa tendência não ocorre entre os homens porque

- a) esses insetos, dentro da sua irracionalidade natural, dão lições de conduta aos seres humanos; seja na tarefa diária, seja na politização paradoxal do modelo comunista difundido por Joseph Stalin e Karl Marx.
- b) as abelhas e as formigas têm a peculiaridade de construir suas sociedades dentro de uma unidade dinâmica e circular, que poderia ser bem definida como um contrato social se elas fossem humanas. Os seres humanos não atingiram tal estágio ainda.
- c) estes estão constantemente envolvidos numa competição pela honra e pela dignidade e se julgam uns mais sábios que outros para exercer o poder público, reformam e inovam, o que muitas vezes leva o país à desordem e à guerra civil.

- d) o motivo maior que guia a vida de tais criaturas é a engrenagem da soberania da vontade de criar, da vontade de poder, retomada por Nietzsche e pelo existencialismo.

9. “Porque as leis de natureza (como a justiça, a equidade, a modéstia, a piedade, ou, em resumo, fazer aos outros o que queremos que nos façam) por si mesmas, na ausência do temor de algum poder capaz de levá-las a ser respeitadas, são contrárias a nossas paixões naturais, as quais nos fazem tender para a parcialidade, o orgulho, a vingança e coisas semelhantes. E os pactos sem a espada não passam de palavras, sem força para dar qualquer segurança a ninguém. Portanto, apesar das leis de natureza (que cada um respeita quando tem vontade de respeitá-las e quando pode fazê-lo com segurança), se não for instituído um poder suficientemente grande para nossa segurança, cada um confiará, e poderá legitimamente confiar, apenas em sua própria força e capacidade, como proteção contra todos os outros.”

MALMESBURY, Thomas Hobbes de. *Leviatã ou matéria, forma e poder de um Estado eclesiástico e civil*.

Sobre o pensamento de Hobbes, assinale a alternativa incorreta:

- a) O contrato social que dá origem ao Estado só é obedecido pela força e pelo temor.
- b) Os homens, na sua condição natural, observam apenas as suas paixões naturais.
- c) O contrato social que dá origem ao Estado pode ser desfeito quando o soberano desrespeita os direitos dos súditos e age de forma parcial, visando a seus próprios interesses.
- d) A concepção de homem natural de Hobbes é marcada por um profundo pessimismo antropológico.
- e) A filosofia política hobbesiana é atomista.

10. Leia o texto a seguir.

Justiça e Estado apresentam-se como elementos indissociáveis na filosofia política hobbesiana. Ao romper com a concepção de justiça defendida pela tradição aristotélico-escolástica. Hobbes propõe uma nova moralidade relacionada ao poder político e sua constituição jurídica. O Estado surge pelo pacto para possibilitar a justiça e, na conformidade com a lei, se sustenta por meio dela. No *Leviatã* (caps. XIV-XV), a justiça hobbesiana fundamenta-se, em última instância, na lei natural concernente à autoconservação, da qual deriva a segunda lei que impõe a cada um a renúncia de seu direito a todas as coisas, para garantir a paz e a defesa de si mesmo. Desta, por sua vez, implica a terceira lei natural: que os homens cumpram os pactos que celebrarem. Segundo Hobbes, “onde não há poder comum não há lei, e onde não há lei não há injustiça. Na guerra, a força e a fraude são as duas virtudes cardeais”.

HOBBS, T. *Leviatã*. Trad. J. Monteiro e M. B. N. da Silva. São Paulo: Nova Cultural, 1997. Coleção Os Pensadores, cap. XIII.

Com base no texto e nos conhecimentos sobre o pensamento de Hobbes, é correto afirmar:

- a) A humanidade é capaz, sem que haja um poder coercitivo que a mantenha submissa, de consentir na observância da justiça e das outras leis de natureza a partir do pacto constitutivo do Estado.
- b) A justiça tem sua origem na celebração de pactos de confiança mútua, pelos quais os cidadãos, ao renunciarem sua liberdade em prol de todos, removem o medo de quando se encontravam na condição natural de guerra.

- c) A justiça é definida como observância das leis naturais e, portanto, a injustiça consiste na submissão ao poder coercitivo que obriga igualmente os homens ao cumprimento dos seus pactos.
- d) As noções de justiça e de injustiça, como as de bem e de mal, têm lugar a partir do momento em que os homens vivem sob um poder soberano capaz de evitar uma condição de guerra generalizada de todos.
- e) A justiça torna-se vital para a manutenção do Estado na medida em que as leis que a efetivam sejam criadas, por direito natural, pelos súditos com o objetivo de assegurar solidariamente a paz e a segurança de todos.

Gabarito

---

1. **C**

Thomas Hobbes é um dos filósofos contratualistas, exatamente por considerar que toda comunidade política é fundada em um pacto social. A ausência desse pacto faz com que os indivíduos estejam em um estado de natureza, na qual haveria a guerra de todos contra todos.
  2. **A**

Segundo Hobbes, os homens, em seu estado de natureza, permanecem em um constante conflito. É a constituição da cidade civil que irá pôr fim a esse estado de guerra de todos contra todos.
  3. **D**

Segundo Hobbes uma vez que os homens se encontram num estado de guerra de “todos contra todos”, a construção da sociedade somente pode ocorrer quando todos os membros rendem sua liberdade natural para uma única figura capaz de garantir a paz e a segurança a todos. Esta figura é entendida pelo autor como um mal necessário (um leviatã) que deve possuir poder inquestionável, não estando rendido a qualquer atrelamento, seja ele partidário ou republicano. Para que esta figura possa governar de forma a cuidar dos interesses de todos sem estar ligado a nenhum condicionamento, ela deve possuir um poder e uma autoridade inquestionável. Embora Hobbes não fosse um defensor árduo do absolutismo, suas teses serviram de base para justificar a monarquia como forma mais viável de garantir a todos um estado de paz. Portanto, a monarquia absolutista é o remédio para garantir a coexistência dos homens em sociedade. O despotismo esclarecido vai no sentido contrário, sendo inspirado pela filosofia iluminista, cria uma abertura não existente na filosofia de Hobbes, na qual o monarca não é mais visto como absoluto, mas sim como alguém que ainda exerce o poder, mas sem o caráter divino e inquestionável dos seus antecessores.
  4. **A**

A Lei Civil ordena o conteúdo proveniente da ação livre, isto é, da Lei Natural. Desse modo, o Estado Liberal, que pressupõe a existência da Lei Natural, organiza a atividade normativa através de leis positivas cuja finalidade é manter os excessos da liberdade controlados. Assim, “a função do poder civil, a segurança, consiste em fazer com que as Leis Naturais sejam observadas”. É por meio de leis civis que as leis naturais se tornam obrigatórias.
  5. **B**

Estado de natureza é "natural" em apenas um sentido específico. Para Hobbes a autoridade política é artificial e em contrapartida o Estado anterior à instituição do Governante é natural. Nesta sua condição "natural" o ser humano mantém apenas a relação de autoridade da mãe sobre o filho, pois ela tem a vida do filho. Entre adultos, inevitavelmente, o caso se complica e surge a necessidade do artifício. Naturalmente, todo homem tem direito igual a todas as coisas. Porém, cada homem difere um do outro em força e em inteligência. Apesar dessa diferença, cada homem tem poder suficiente para ameaçar a vida de qualquer outro, de modo que invariavelmente o Estado de natureza termina em uma disputa de todos contra todos por tudo que é direito de todos. Para o racionalismo hobbesiano, o Estado de natureza é forçosamente uma guerra de todos contra todos. O homem, como a máxima de Hobbes manifesta, é lupino.
  6. **B**

A afirmação da alternativa [B] é a única que expressa corretamente o pensamento de Thomas Hobbes. Para ele, a soberania está relacionada à honra e, sendo assim, não pode ser violada. Caso isso ocorra, volta-se ao estado de guerra de todos contra todos.
  7. **A**
-

O estado de natureza é "natural" em apenas um sentido específico. Para Hobbes, a autoridade política é artificial e em contrapartida o estado anterior à instituição do governo é natural. Na sua condição "natural", o ser humano carece de governo, que é uma autoridade artificial, pois a única autoridade natural é aquela da mãe sobre o filho – dado que a mãe tem a vida do filho. Entre adultos, inevitavelmente o caso difere e surge a necessidade do artifício. Naturalmente, todo homem tem direito igual a todas as coisas, porém, de fato, cada homem difere um do outro em força e, talvez, até em inteligência. Todavia, cada homem tem poder suficiente para ameaçar a vida de qualquer outro, de modo que invariavelmente o estado de natureza é uma disputa de todos contra todos por tudo que é direito de todos. O estado de natureza é forçosamente uma guerra de todos contra todos. Entre outras inúmeras funções, Hobbes, com essa teoria, se opõe à teoria monarquista do direito divino ao trono.

**8. C**

A passagem do enunciado, retirada do *Leviatã*, compara as formas de agregação do homem com a de algumas outras criaturas vivas, como as abelhas e as formigas. Hobbes reconhece que a sociedade dessas criaturas é diferente da sociedade humana e, então, procura as razões dessa diferença. Dentre as razões que ele enumera, está aquela afirmada na alternativa [C].

**9. C**

A função do soberano é assegurar que todos respeitem o contrato social e, dessa forma, garantir a vontade de todos que é a paz e a segurança individual. Para desempenhar bem esta função, o soberano deve exercer um poder absoluto, sem estar subordinado a ninguém; e nem mesmo a uma Carta Magna. Se o poder soberano não conseguir realizar o interesse de todos, isto é, a obediência de todos ao contrato social, pode vir a ser deposto por uma rebelião. Conclui-se-á, nesse caso, que o soberano não era legítimo.

**10. D**

Cabe ao soberano julgar sobre o bem e o mal, sobre o justo e o injusto; ninguém pode discordar, pois tudo o que o soberano faz é resultado do investimento da autoridade consentida pelo súdito, em suma, o homem abdica da liberdade dando plenos poderes ao Estado absoluto a fim de proteger a sua própria vida.